

RESPOSTA AOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES 02/2024

Belo Horizonte, 27 de junho de 2024

Trata-se de Impugnações ao Edital Pregão Eletrônico n.º 000047/2024 – Processo de Compras n.º 004005-01085, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de Unidade Móvel Saúde do Homem (chassi + implemento fechado + equipamentos), recebida por meio de e-mail em 05 de junho de 2024, pela empresa Truck Way Implementos Rodoviários LTDA.

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme subitem 4.1 do Edital convocatório, o prazo final para a apresentação de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de realização da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 10/06/2024. Dessa forma, considerando que a impugnação foi apresentada no dia 04/06/2024, a manifestação se mostra tempestiva.

2 - DA IMPUGNAÇÃO

Desta feita, abaixo transcrevemos trechos para entendimento dos pontos impugnados que, em síntese, envolvem a aquisição do objeto por meio de uma unidade móvel, contemplando, em mesmo projeto, a aquisição de chassi, implemento fechado e equipamentos, alegando o seguinte:

"O vício em questão refere-se ao objeto da licitação, que exige o fornecimento de um caminhão com implemento tipo baú totalmente equipado. O fornecimento do caminhão chassis pela contratada aumentaria os custos de maneira a gerar um valor agregado desproporcional ao contratante, comprometendo assim o propósito da licitação de buscar a contratação do bem mais vantajoso possível.

(...)

Como dito antes, a aquisição do caminhão pela contratada e o repasse do mesmo para a contratante aumentará o valor final da proposta, elevando consequentemente os custos de produção desnecessariamente, dado que não há obtenção de lucros pela contratada, tornando tão somente onerosa a aquisição do caminhão chassis tanto para a fornecedora quanto para a contratante.

Nesses termos, em sua peça impugnatória, requer a impugnante:

(...) requer seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO, e, portanto, seja feita a suspensão do EDITAL, para alteração do objeto.

Caso assim não entendam, que seja feita a divisão do objeto da licitação em dois lotes.

3 - DA ANÁLISE

Verifica-se que a impugnação aqui tratada versa sobre matéria técnica e forma pela qual foram agrupados os itens que integram o objeto que o Sesc em Minas pretende adquirir.

Pois bem, em primeiro plano, cumpre-nos destacar que no âmbito do Sesc em Minas, antes da publicação de quaisquer editais de licitação, é providenciada a ampla pesquisa de pesquisa de aderência ao mercado. Conforme se espera saber, esta etapa preliminar é crucial para garantir que o objeto da licitação encontre empresas capazes e dispostas a atender às

especificações exigidas. Conforme ensina Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", a fase de planejamento e estudo do mercado é essencial para a elaboração de um edital eficaz e competitivo.

No caso em questão, conforme providenciado pela equipe técnica e auxiliar, foi providenciada a pesquisa de aderência pela qual demonstrou que o mercado é plenamente aderente ao objeto da licitação. E não é só! Considerando a natureza do objeto, que contempla vários itens, verificou-se também que a realização da licitação em um único lote seria mais vantajosa. Assim é o que vejamos pelo documento técnico que relata a realização de pesquisa de aderência, cujo excerto transcrevemos abaixo:

O presente instrumento trata-se de informações complementares para subsidiar a aquisição de uma unidade móvel Sesc Saúde do Homem, contemplando no mesmo projeto a aquisição de chassi junto ao implemento.

- **Adesão de mercado:** Foi realizada pesquisa de mercado quanto a adesão de fornecedores para realizar a implementação e aquisição do chassi para compor a Unidade Móvel e recebemos os retornos positivo das empresas (omissis) (...)

Ademais, por meio da pesquisa mercadológica de aderências, foi possível constatar que a licitação em um único lote permitiria maior produtividade. Dado que existem empresas no mercado especializadas no fornecimento completo do objeto licitado, o processo licitatório se tornaria mais célere, culminando na entrega do objeto em um tempo menor de produção, vejamos:

- **Produtividade:** Realizando a aquisição conjunta, identificamos uma redução do tempo de produção, pois, o fornecedor possui capacidade de iniciar a produção do implemento e compra do chassi simultaneamente, além de possuir flexibilidade na negociação junto as montadoras de veículos. Neste caso reduzindo aproximadamente o tempo do projeto em 120 dias.
- **Otimização do processo de licitação:** A aquisição em conjunto permite que o Sesc em Minas realize apenas um processo de licitação, contribuindo conforme item anterior na agilidade da produção. Em caso de aquisição separada, é necessário realizar uma licitação do chassi, aguardar o resultado, para que somente após o conhecimento do modelo do chassi, iniciar o processo de contratação do implemento, pois as especificações técnicas são necessárias para que o fornecedor do implemento realize a proposta financeira e técnica.
- **Requisitos técnicos e qualidade:** Quando o fornecedor realiza a implementação em conjunto, realizando a aquisição do chassi, todo o processo de montagem e instalação dos itens são realizados de forma customizada e de acordo com as características e dimensões, possibilitando assim maior qualidade na entrega dos produtos.

Além dos benefícios de produtividade e celeridade, a análise financeira realizada no estudo de mercado revelou que não haveria perda financeira ao optar pela licitação em um único lote. Comparando os custos do projeto com itens agrupados ou separados, verificou-se que a solução escolhida é economicamente viável e vantajosa, reforçando, assim, a viabilidade da estratégia adotada.

Dessa forma, os argumentos apresentados são embasados não apenas em análises práticas e econômicas, mas também em doutrina consolidada e na pacífica jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme abaixo posto, garantindo, assim, a realização de uma licitação em um único lote, maior eficiência, celeridade e economicidade ao processo, atendendo às premissas fundamentais que regem as licitações no âmbito do Sesc em Minas.

Licitação em lotes ou grupos, como se itens fossem, deve ser vista com cautela pelo agente público, porque pode afastar licitantes que não possam habilitar-se a fornecer a totalidade dos itens especificados nos lotes ou grupos, com prejuízo para a Administração. Em princípio, essa divisão só se justifica quando o lote ou grupo for constituído de vários itens para um só local ou ambiente. Por

exemplo: compra de moveis, em que todos os itens constantes do lote ou grupo, destinados a um determinado ambiente, devem ser adquiridos de uma só empresa, de forma a manter idêntico estilo, modelo, design etc. TCU. Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU, 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 238-239.

"9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993;

(...)

9.3.4. a pesquisa de mercado, prevista no art. 7º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, deverá se conformar às características do objeto a ser licitado, possíveis de impactar no preço pesquisado, a exemplo das quantidades a serem adquiridas, do agrupamento de produtos e do critério de regionalização dos lotes, definidos no Pregão SRP 96/2012;" TCU. Acórdão 1592/2013. Plenário.

"29. A jurisprudência desta Casa, consubstanciada na Súmula TCU 247, é pacífica no sentido de determinar a órgãos e entidades a adjudicação por itens específicos e não por lotes, compostos de diversos produtos ou serviços a serem adjudicados a um único fornecedor: (...)

35. A adjudicação por grupo, em licitação para registro de preços, sem robustas, fundadas e demonstradas razões (fáticas e argumentativas) que a sustente, revelase sem sentido quando se atenta para o evidente fato de que a Administração não está obrigada a contratar adquirir a composição do grupo a cada contrato, podendo adquirir isoladamente cada item, no momento e na quantidade que desejar. 36. Essa modelagem torna-se potencialmente mais danosa ao erário na medida em que diversos outros órgãos e entidade podem aderir a uma ata cujos preços não refletem os menores preços obtidos na disputa por item. 37. O que fica registrado quando a adjudicação se dá pelo menor preço por grupo, não é o menor preço de cada item, mas o preço do item no grupo em que se sagrou vencedor o futuro fornecedor. 38. Embora não fosse necessário, por ser evidente, devo observar que a mera similaridade entre itens não é critério hábil para fundamentar a formação de grupos/lotes. 39. Vale lembrar, também, que o registro de preços tem por escopo exatamente promover o registro de preços de muitos itens, uma vez que é da própria essência do sistema permitir aquisições à medida que forem surgindo as necessidades da Administração. 40. Em modelagens dessa natureza, é preciso demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à adjudicação por item. É preciso demonstrar que não há incoerência entre adjudicar pelo menor preço global por grupo e promover aquisições por itens, em sistema de registro de preços. A Administração não irá adquirir grupos, mas itens. 41. Repisando, na licitação por grupos/lotes, a vantajosidade para a Administração apenas se concretizaria se fosse adquirido do licitante o grupo/lote integral, pois o menor preço é resultante da multiplicação de preços de diversos itens pelas quantidades estimadas. 42. Em registro de preços, a realização de licitação utilizando-se como critério de julgamento o menor preço global por grupo/lote leva, vis à vis a adjudicação por item, a flagrantes contratações antieconômicas e dano ao erário, potencializado pelas possibilidades de adesões, uma vez que, como reiteradamente se observa, itens são ofertados pelo vencedor do grupo a preços superiores aos propostos por outros competidores." TCU. Acórdão 2.977/2012. Plenário

Ante tais considerações, entendemos que não há ilegalidade no Edital, mantendo o entendimento contido no atual instrumento convocatório.

5 - DA DECISÃO

Isto posto, CONHEÇO das impugnações apresentadas, e no mérito NEGO-LHES PROVIMENTO, desse modo, mantendo o referido Edital inalterado.



Frederico Norberto F. Cadeira

Pregoeiro Oficial

Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas

